

DPMG empossa 14 defensores públicos em sessão do Conselho Superior



Defensores públicos empossados e os membros do Conselho Superior: defensora pública-geral e presidente do CS, Christiane Neves Procópio Malard; subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; Galeno Gomes Siqueira, Thiago Dutra Vaz de Souza, Fernando Campelo Martelleto, Érica de Almeida Gomes, Fernando Orlan Pires de Resende e Marco Túlio Frutuoso Xavier; e o representante de classe, presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso

PÁGINAS 3 a 6

Defensora-geral reúne-se com presidente do Tribunal de Justiça de MG



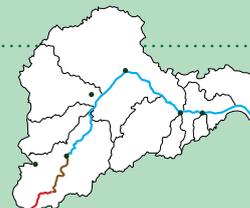
PÁGINA 6

VÍTIMAS DE MARIANA E RIO DOCE Defensorias de Minas Gerais, Espírito Santo e DPU definem atuação conjunta



PÁGINA 9

Defensoria Pública realiza audiências públicas para orientar atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão



PÁGINA 10

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Esta edição do Boletim traz o registro de fatos e atuações importantes para a Defensoria Pública de Minas Gerais. Com alegria, destaco a posse, durante sessão solene do Conselho Superior, de 14 defensores públicos. A posse dos novos colegas fortalece a nossa Instituição, pela ampliação do número de membros da Casa e, também, por ser decorrente do parecer positivo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), à consulta que formulamos relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal. O parecer, ao dispor que à DPMG não se aplicam vedações da LRF, na hipótese de o Poder Executivo exceder seu próprio limite de gastos com o pessoal, possibilita a utilização integral dos nossos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual, o que reforça o reconhecimento da nossa autonomia constitucional administrativa e financeira. Bem-vindos, novos defensores públicos do Estado de Minas Gerais. Agora somamos 668 defensores trabalhando pela igualdade e cidadania para todos.

No âmbito das atuações estratégicas, ressaltado o esforço concentrado na área prisional, em que defensores públicos atenderam, em três dias, 1056 detentos em presídio de Ribeirão das Neves. O trabalho, que continuará nos próximos meses, em outras unidades prisionais, além de representar defesa efetiva dos direitos dos encarcerados, também contribui para a estabilidade do sistema prisional. Igualmente importante, foi a criação, com o objetivo de prestar assistência jurídica às vítimas do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, do Grupo Interdefensorial do Rio Doce, integrado pelas Defensorias de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União. Nesta semana, o Grupo Interdefensorial está realizando uma série de audiências públicas. Em Minas Gerais, os municípios de Santa Cruz do Escalvado, Barra Longa e Governador Valadares já sediaram os encontros, dos quais participaram defensores públicos de Minas Gerais e da União, impactados e representantes da Samarco. Na sexta, dia 23, a audiência será em Conselho Pena.

Na seara das relações interinstitucionais, destaco minha reunião com o presidente do TJMG, oportunidade em que tratamos de questões de interesse interinstitucional, como Pje, implantação do Seeu,



projetos comuns e desjudicialização, entre outras. Veja também a participação da DPMG na solenidade de posse da nova presidente do STF, ministra Cármen Lúcia; na posse da advogada-geral da União; na cerimônia de outorga de honraria do TCE-MG; nas solenidades de entrega da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek e da Medalha Coronel José Vargas da Silva, em homenagem a oficiais formados pela Academia de Polícia Militar.

Confira ainda a participação em debates, sobre atendimento à mulher vítima de violência, na ALMG e em Nova Lima; sobre gestão da água, promovido pela Ouvidoria-Geral, em Montes Claros; além da realização, em Juiz de Fora, por meio da equipe do Projeto “Além da Culpa e Sinase”, do Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa para Adolescentes.

Fique por dentro das edições do “Sala de Espera” e do “Bate Papo Legal”, das participações na mídia, das visitas ao gabinete e muito mais.

Despeço-me ressaltando os próximos eventos programados: III Seminário Criminal da DPMG, no dia 30/09; Casamento Comunitário no Distrito São Benedito, em Santa Luzia, cujas inscrições vão até 30/09; e o Mutirão “Direito a Ter Pai”, que iremos promover, no dia 07/10, em 40 comarcas simultaneamente, em comemoração aos 40 anos de criação da nossa Instituição.

Um abraço e boa leitura a todos!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral



Defensoria Pública empossa 14 defensores públicos em sessão extraordinária do Conselho Superior

Dia 9.09.2016, durante a 4ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, 14 defensores públicos remanescentes do VII Concurso (edital 01/2014) foram empossados, em cerimônia dirigida pela defensora pública-geral e presidente do Conselho Superior, Christiane Neves Procópio Malard.



Os novos defensores públicos prestam juramento

Em nome dos novos defensores públicos, Wagner Leal de Queiroz leu o juramento, após a abertura da sessão com execução do Hino Nacional, pelo sargento Júnior, do Centro de Atividades Musicais da Polícia Militar. Em seguida, o livro de posse foi assinado pela defensora-geral, Christiane Malard, e pelos membros do Conselho Superior.

Foram empossados Ana Gabriela Cardoso de Mello, Andressa Vidal Matias, Angélica Sales Rocha Coutinho, Antônio Lopes de Carvalho Filho, Diego Escobar Francisquini, Eduardo Furst Giesbrecht Rodrigues, Guilherme Gontijo Alves Teixeira, Jessé Luis Gaiotto de Moraes, Karine Loyola Santos, Lígia Olímpio de Oliveira, Rafael Vittoraze Azola, Rodrigo Zouain da Silva, Tiago Dias Maia e Wagner Leal de Queiroz.

O subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, destacou que os novos defensores “vêm se juntar à Defensoria para lutar para mudar a realidade, garantindo a todos o acesso à Justiça”.

O corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, afirmou que “cada um que chega para somar forças é muito bem vindo” e que “o momento da posse é um



Assinatura do livro de posse

momento de lembrança ao longo da carreira, mantendo o mesmo entusiasmo de hoje, reforçando o ideal de luta pelos menos afortunados”.

O conselheiro Galeno Gomes Siqueira desejou aos empossados “sorte na missão”, ressaltando que os membros do Conselho Superior estão à disposição para esclarecer dúvidas.

continua >>

Continuação

Defensoria Pública empossa 14 defensores públicos em sessão extraordinária do Conselho Superior

O conselheiro Tiago Dutra Vaz de Souza destacou que o defensor público está inserido em uma relação de poder, com opressores e oprimidos. “Não vai ser fácil promover os direitos humanos, mas se vocês se engajarem, a jornada será incrível. É excelente ser defensor público, o retorno não tem preço”.

O conselheiro Fernando Campelo Martelleto, afirmou que “ingressar na carreira é um enorme desafio. Enfrentamos não só a miséria econômica, mas a miséria humana, sentimentos que aviltam o sentimento humano. A tarefa é difícil, complexa, mas com esperança e determinação, iremos vencer”. E terminou citando Santo Agostinho: “A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las”.

A conselheira Érica de Almeida Gomes salientou que “a conquista de hoje não é solitária, pois compartilhada com a família”. Destacou que “a carreira de defensor público é a mais desafiante”, por enfrentar e superar os desafios diários.

O conselheiro Fernando Orlan Pires de Resende chamou atenção para o compromisso de fidelidade que o trabalho de defensor público exige dos que abraçam a carreira. “Quem não gosta de gente, não gosta de pobre, está na profissão errada”, ressaltou.

O conselheiro Marco Túlio Frutuoso Xavier afirmou que “a entrada de novos defensores públicos traz energia para a Defensoria Pública, que se renova, se oxigena, se torna melhor”. De acordo com o conselheiro, “a Defensoria Pública oferece a carreira

jurídica mais social que existe”.

O presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, disse que “a perspectiva é de luta, pelo assistido, pela Defensoria Pública, por nossas prerrogativas e dignidade. Venham somar, a Adep está com vocês para que lutemos juntos”.

A defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, deu as boas-vindas aos novos defensores públicos, e citou o poema Humildade, de Cecília Meireles. “Em um país de desigualdade social, onde há tantos livros que não se leem, tantas cartas que não se escrevem, tantas línguas que não se aprendem, tanto amor que não se dá, onde até direitos fundamentais são esquecidos, a Defensoria Pública, como instituição essencial ao sistema de Justiça, sem dúvida, “tem muito o que fazer”, ressaltou.

“Hoje, estamos aqui para celebrar um dia marcante e especial para a Defensoria Pública e para cada um de vocês, novos defensores públicos”, ressaltou Christiane Malard. “Em nossas vidas, as conquistas têm o efeito, em geral, de nos imbuir da determinação de realizar e de enfrentar novos desafios. É esse espírito que vocês precisam ter e, mais que isso, manter, para serem verdadeiros agentes de transformação social”, frisou.

“Vocês são agora parte da história da Defensoria Pública e estão na frente de batalha dessa luta em prol daqueles em condição de vulnerabilidade. Não se deixem vencer nunca pelo derrotismo, pelo abatimento, pelo pessimismo, pelo medo, combustível da omissão, do comodismo, da indiferença e da ambição descomedida.

continua >>



Membros
do Conselho
Superior da
DPMG

Continuação

Defensoria Pública empossa 14 defensores públicos em sessão extraordinária do Conselho Superior

Defensores públicos, assessores da Defensoria-Geral, coordenadores Locais e Regionais da Instituição, autoridades, familiares e amigos dos empossandos prestigiaram a cerimônia de posse realizada no auditório da Unidade I da DPMG, na Capital



O defensor público, agente de transformação, mantém a postura de defensor público”, disse a defensora-geral.

Christiane Malard destacou o que se espera do defensor público do século XXI: “a proatividade de quem não se satisfaz com a simples busca de decisões que dependem de outro ator do sistema jurídico. Daí a importância de atuar de forma vigorosa em campos como o da desjudicialização da saúde, nas mediações e conciliações, nos mutirões de família e “Direito a ter Pai”. Ressaltou que o “trabalho é intenso e vocês estão chegando em um momento muito importante para a Instituição, momento em que estão sendo estudadas maneiras de fazer frente à demandas emergenciais e estratégicas em âmbito estadual, que serão materializadas com a conclusão do planejamento estratégico e também por meio dos Núcleos de Atuação Estratégica, que serão formatados por este Conselho Superior tão logo apro-

vados os Projetos de Lei 51 e 54/16, que tramitam na Assembleia Legislativa. Com diálogo, transparência, seriedade e trabalho conjunto, construiremos a Defensoria Pública que todos nós sonhamos”, finalizou a defensora-geral.

A defensora pública-geral agradeceu ao governo estadual, pela manutenção do diálogo com a Defensoria Pública, o que permitiu a posse do VII Concurso e a expansão da atuação da Instituição, na região metropolitana e no interior.

Leia, na íntegra, o discurso da DPG.

Presenças

A solenidade contou ainda com a presença de diversas autoridades: o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Thiago Colnago Cabral, representando o presidente do Tribunal, Herbert Carneiro; o juiz de Direito Juarez Moraes de Azevedo; o major Vinicius, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel BM Luiz Henrique Gualberto Moreira; o primeiro tenente SJU José Henrique da Silva Germano, representando o diretor do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa, coronel aviador Augusto César Abreu dos Santos; o presidente da Apeminas, Ivan Ludovice Cunha; Adailson Gilberto de Oliveira, representando o Conselho Superior da Polícia Civil; a tenente da Aeronáutica, Carolina Brandão Magalhães; e Ricardo Ferreira, representando o brigadeiro Zuan Moisés Ayupe.



Defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard

continua >>



Continuação

Defensoria Pública empossa 14 defensores públicos em sessão extraordinária do Conselho Superior



Corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Thiago Colnago Cabral; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima



DPG Christiane Malard acompanhada pelo presidente da Apeminas, Ivan Ludovice Cunha, e o presidente da Adep-MG, Eduardo Generoso

Veja mais fotos do evento

Defensora-geral reúne-se com presidente do TJMG

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se, no dia 21.09.2016, com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Herbert José Almeida Carneiro, para tratar sobre questões de interesse interinstitucional.

Além da visita de cortesia, a defensora pública-geral e o presidente trataram de questões relativas ao Processo Judicial Eletrônico, inclusive a implantação, neste ano de 2016, do Seeu (Sistema Eletrônico de Execução Unificada), e de projetos comuns entre a Instituição e o Poder Judiciário, como os mutirões de júri e audiências, além do Mutirão “Direito a Ter Pai” e do Projeto Julgar.

A desjudicialização também foi pauta da reunião, tendo sido apresentadas pela DPG as iniciativas que

estão sendo desenvolvidas pela Defensoria Pública neste sentido, especialmente na área da mediação e conciliação, com a instalação de núcleos de mediação e, na área da saúde, com a expansão do programa hoje desenvolvido na Capital, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde.

Também foram abordados outros temas de interesse interinstitucional, que serão encaminhados em reuniões subsequentes.



Presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e a DPG Christiane Malard





AGENDA EM BRASÍLIA

Defensoria Pública de Minas Gerais prestigia solenidade de posse da ministra Cármen Lúcia como presidente do STF

A defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na sessão solene de posse da ministra Cármen Lúcia como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) realizada no dia 12 de setembro.

FOTO: ROSINEI COUTINHO/SCO/STF



Durante o mandato de dois anos, a magistrada acumulará a chefia da mais alta Corte do país com a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle do Judiciário.

Na mesma solenidade, o ministro Dias Toffoli foi empossado como vice-presidente do Supremo. O ministro deverá suceder Cármen Lúcia no comando da Corte em 2018.

Em seu discurso, a ministra Cármen Lúcia definiu seu compromisso de priorizar os cidadãos brasileiros durante sua atuação à frente do Poder Judiciário. “Minha responsabilidade é fazer acontecer as soluções necessárias e buscadas pelo povo brasileiro”, afirmou.

Segundo a ministra, tanto o cidadão brasileiro quanto os próprios juízes não estão hoje satisfeitos com o Poder Judiciário, por isso é preciso transformá-lo. Para Cármen Lúcia, a transformação do Judiciário, de forma a torná-lo “mais eficiente e menos custoso ao cidadão”, é tarefa urgente e deve ser perseguida por toda a comunidade jurídica. De acordo com a nova presidente do STF e do CNJ, as medidas a serem implementadas pela sua gestão para a melhoria do Judiciário serão divulgadas em breve e de forma transparente.

Durante a solenidade, que contou com a participação de diversas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da sociedade civil, a defensora-geral, Christiane Malard, estava acompanhada pelo assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis.

FOTO: FELLIPE SAMPAIO/SCO/STF



Defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada pelo desembargador Eduardo Andrade e pela presidente do STF, ministra Cármen Lúcia

Christiane Malard e a ex-presidente do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

DPMG presente na posse da advogada-geral da União

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na cerimônia de posse da advogada Grace Maria Fernandes Mendonça como chefe da Advocacia-Geral da União.

Grace Maria Mendonça, que é natural de Januária (MG) e funcionária de carreira da AGU, foi empossada dia 14.09.2016 pelo presidente Michel Temer, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, em Brasília.

DPG Christiane Malard; advogada-geral da União, Grace Maria Mendonça; e o defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz



Defensoria Pública prestigia outorga de honraria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Dia 09.09.2016, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na solenidade de outorga do Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmim.

Concedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), a homenagem tem o objetivo de reconhecer o mérito de personalidades ou instituições que tenham prestado relevantes serviços ao TCEMG.

A cerimônia foi realizada no auditório Vivaldi Moreira e homenageou 32 personalidades neste ano. A defensora pública-geral, Christiane Malard, foi agraciada com a honraria em 2014.



Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; presidente do TCEMG, Sebastião Helvecio; defensora pública-geral, Christiane Malard; e o advogado-geral do estado de Minas Gerais, Onofre Alves Batista Junior



Defensora-geral, Christiane Malard (1ª posição, à direita), compõe a mesa de honra da solenidade

DPG prestigia Congresso de Defensores Públicos da Bahia

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada pelo assessor Institucional Nikolas Katopodis, esteve, no dia 22.09.2016, no Congresso de Defensores Públicos da Bahia, em Salvador.

O Congresso, que começou no dia 21 e termina nesta sexta, 23 de setembro, tem como tema “Defensoria Pública em Tempos de Litigância Estratégica”.

A DPG, Christiane Malard; o defensor público-geral da Bahia, Clériston Cavalcante de Macêdo; a professora Firmiane Venâncio, diretora da Escola Superior da DPE/BA; e o assessor da DPG de Minas Gerais, Nikolas Katopodis





BARRAGEM DE FUNDÃO, MARIANA, MG

Defensorias de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União definem atuação conjunta de assistência às vítimas de Mariana e Rio Doce

Com o objetivo de prestar assistência jurídica às vítimas do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, e os defensores-gerais das Defensorias Públicas da União e do Espírito Santo assinaram, dia 14.09.2016, termo de cooperação técnica para criação do Grupo de Trabalho Interdefensorial do Rio Doce. O grupo, que atuará por tempo indeterminado, já agendou a realização de oito audiências públicas em municípios dos dois estados, durante o mês de setembro.

FOTO: RICARDO JOFFILY/ASCOM DPU



Além da DPG de Minas Gerais, Christiane Malard, assinaram o termo de cooperação o defensor público-geral do Espírito Santo, Leonardo Oggioni Cavalcanti de Miranda; e o defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz

As três instituições já atuam na assistência às vítimas da tragédia de Mariana, e a criação do GT permitirá a representação da população na negociação dos acordos propostos pela mineradora Samarco, responsável pela Barragem de Fundão, e o acompanhamento da execução dos projetos de reparação. O grupo foi instituído para atender com agilidade os atingidos pelo rompimento da barragem, além de oferecer informações em direitos.

Os três dirigentes destacaram a decisão de integrar o trabalho que as instituições já estão realizando desde a ocorrência do desastre.

O defensor-geral do Espírito Santo, Leonardo Oggioni, ressaltou a atuação inicial das Defensorias, que já prestaram atendimento à comunidade e mantiveram contato com as mineradoras, obtendo informações importantes.

O defensor público-geral federal, Carlos Paz, lembrou que as instituições decidiram definir uma atuação mais

autônoma em reunião ocorrida no dia 31 de agosto, na sede da Defensoria Pública mineira, em Belo Horizonte, para evitar atraso maior na prestação de assistência aos atingidos pelo desastre.

Segundo a defensora-geral de Minas, Christiane Malard, “os principais objetivos neste momento são alcançar as pessoas vulneráveis já no recebimento das indenizações e mostrar a importância e o papel da Defensoria Pública com relação àquelas pessoas que mais precisam”.

No termo de cooperação técnica, as três instituições observam, entre outras condições para a atuação conjunta, “a necessidade de ressarcimento dos danos materiais e morais causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, grande parte dos quais sofridos por pessoas vulneráveis”. E ainda, “a necessidade de acompanhamento, de forma coordenada e unificada, do denominado Programa de Indenização Mediada, proposto pela Samarco”.

continua >>

Tarefas atribuídas ao Grupo de Trabalho Interdefensorial do Rio Doce

- Produzir de material de orientação em direitos.
- Acompanhar as negociações com a Samarco.
- Promover a interlocução entre órgãos públicos e privados para dar celeridades às indenizações.
- Expedir recomendações e requisições aos responsáveis pela tragédia.
- Obter acesso à matriz de danos, dentre outros documentos da mineradora.
- Realizar audiências públicas com a participação de representante da Samarco e instituições da sociedade civil.



Continuação | **BARRAGEM DE FUNDÃO, MARIANA, MG**

Defensorias de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União definem atuação conjunta de assistência às vítimas de Mariana e Rio Doce

Defensoria de Minas Gerais

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais atuará no GT Interdefensorial do Rio Doce por intermédio da comissão constituída, em junho deste ano, por meio da Resolução nº 093/2016, para organização da atuação da Instituição no Programa de Negociação Coordenada (PNC) a ser realizado pela Samarco Mineração S.A. para fins de indenização dos impactados diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG).

A comissão é integrada pelos defensores públicos, Aylton Rodrigues Magalhães, Calânico Sobrinho Rios (coordenador da Região Vale do Rio Doce e Local de

Governador Valadares), Cleide Aparecida Nepomuceno (coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais), Fernanda de Sousa Saraiva (coordenadora Local de Ponte Nova), Frederico de Sousa Saraiva, João Paulo Torres Dias, Lucas Diz Simões, Luciana Leão Lara (chefe de gabinete da DPG) e Rachel Aparecida de Aguiar Passos.

A composição da comissão foi alterada pela Resolução nº 138/2016, que designou o defensor público, Péricles Batista da Silva, em substituição ao defensor público, João Paulo Torres Dias.

[Clique aqui para ler o TCT.](#)

Reunião define formato das audiências públicas

Na segunda-feira, dia 19 de setembro, na sede da defensoria Pública de Minas Gerais, na Capital, a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva, os defensores públicos Aylton Magalhães, Frederico de Sousa Saraiva e Lucas Diz Simões, além da defensora pública Federal, Lutiana Valadares, reuniram-se com os representantes da mineradora Samarco S/A, Ticiano Favieto, Carolina Alqueres, Gabriel Silva e Leandro Almeida Dutra.

O encontro definiu a forma de realização das audiências públicas convocadas pela Defensoria Pública, nas cidades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, com o objetivo de ouvir e prestar esclarecimentos aos impactados acerca da assistência jurídica gratuita extrajudicial, que será prestada pela



Reunião tratou do formato das audiências públicas nas cidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão

Defensoria Pública, em relação ao denominado “Programa de Indenização Mediada” proposto pela Samarco Mineradora S/A.

Audiências públicas orientam atingidos

Em Minas Gerais, ciclo de audiências promovidas pelo Grupo Interdefensorial do Rio Doce começou em Santa Cruz do Escavado e em Ponte Nova

O Grupo Interdefensorial do Rio Doce, composto por defensores públicos do Estado de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União, realizou, no dia 29 de setembro, audiência pública no município de Santa Cruz do Escavado, para tratar da questão do programa de indenização dos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. O programa está sendo elaborado pela Mineradora Samarco.

Representantes da empresa foram convidados para prestar esclarecimentos aos impactados presentes, entre os quais se encontravam pescadores, garimpeiros, trabalhadores do setor de turismo e do comércio. Foram discutidos os critérios de inclusão de pessoas no cadastro de impactados, entre outros temas.

continua >>



Audiência pública em Escavado reuniu defensores públicos de MG e da União, impactados e representantes da Samarco



Continuação | **BARRAGEM DE FUNDÃO, MARIANA, MG**

Defensorias de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União definem atuação conjunta de assistência às vítimas de Mariana e Rio Doce | Audiências públicas orientam atingidos



Diversos impactados pelo rompimento da barragem de Fundão participaram da reunião

O assessor Institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais, Pericles Batista da Silva, a defensora pública em atuação na comarca de Ponte Nova, Fernanda de Souza Saraiva Possato, e os defensores públicos federais, Yuri Costa e Lutiana Valadares, destacaram a necessidade de que a empresa forneça manifestações escritas e fundamentadas aos requerimentos formulados pelos impactados e, também, recomendaram aos

mesmos que não assinem termos de acordo, sem antes consultar a Defensoria Pública ou outro profissional independente e habilitado para orientá-los.

Barra Longa

No dia 21.09.2016, a audiência pública foi realizada na Câmara Municipal de Barra Longa, município também atingido pelo rompimento da barragem.

continua >>



Impactados lotaram o plenário da Câmara Municipal de Barra Longa



Continuação | **BARRAGEM DE FUNDÃO, MARIANA, MG**

Defensorias de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União definem atuação conjunta de assistência às vítimas de Mariana e Rio Doce | Audiências públicas orientam atingidos

Além dos defensores públicos que conduziram a audiência em Santa Cruz do Escavaldo, esteve presente o defensor público de Minas Gerais, Aylton Magalhães, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH). Os impactados tiveram a oportunidade de se manifestar e questionar os representantes da Samarco sobre diversos temas, entre os quais, a atenção dada aos casos de necessidades urgentes de alguns atingidos.

Espírito Santo

O Grupo está promovendo audiências públicas também no estado do Espírito Santo. Nos dias 19 e 20, o encontro foi em Colatina; no dia 21, no Distrito de Mascarenhas, no Baixo Guan- du. No dia 22, o Distrito de Regência, em Linhares, sediou a audiência pública. E, no dia 23, a audiência será no Distrito de Povoação, também em Linhares.

Defensores públicos orientam cidadãos atingidos



- *Ainda nesta semana, em Minas Gerais, o Grupo Interdefensorial promove audiências públicas em Governador Valadares, no dia 22 e, no dia 23, em Conselheiro Pena.*

Planejamento Estratégico da DPMG seguem cronograma

No dia 13 de setembro, encerrou-se o prazo para os defensores públicos e servidores manifestarem o interesse em contribuir na construção do Planejamento Estratégico.

O Comitê Executivo composto para elaboração do Planejamento Estratégico em conjunto com a Fundação João Pinheiro, dá sequência ao levantamento de dados, etapa necessária para traçar um diagnóstico da Instituição. Até o momento foram realizadas entrevistas com os coordenadores Regionais, coordenadores Locais dos municípios com população acima de 100 mil habitantes e coordenadores das Defensorias Especializadas em Belo Horizonte, bem como o Conselho Superior; a Corregedoria; a Assessoria Institucional; defensores públicos do interior e região metropolitana; os servidores da área meio da Defensoria Pública (Assessoria Jurídica; Superintendência de Planejamento de Gestão e Finanças; Diretoria de Logísticas; Diretoria de Recursos Humanos); Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo de Minas Gerais e Subsecretaria de Estado da Seplag.

Em continuidade às ações, também foi realizada a análise de Planos Gerais de Atuação anteriores, com o mapeamento das ações, de forma que as estas fossem classificadas como de curto e médio prazo.



O Comitê Executivo, juntamente com a Fundação João Pinheiro, realizará ainda entrevistas com a Adep-MG; demais servidores da área meio da Defensoria Pública (Ascom, Auditoria Setorial, Gabinete Militar, Superintendência de Gestão de Informática); Ordem dos Advogados do Brasil; deputados estaduais; líderes políticos; representantes do governo; representantes de movimentos sociais; além da aplicação de questionários para defensores públicos e assistidos.

Defensoria Pública participa da entrega da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, na cerimônia de entrega da 21ª Medalha Presidente Juscelino Kubitschek realizada pelo Governo de Minas Gerais, no último dia 12 de setembro, em Diamantina.

Durante a solenidade, oitenta e três personalidades e três instituições dos cenários político, econômico, social e cultural do estado e do país foram agraciadas. A honraria foi entregue pelo governador Fernando Pi-

mentel, pelo presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pelo prefeito de Diamantina.

A Medalha Presidente Juscelino Kubitschek, criada pela Lei nº 11.902, de 5 de setembro de 1995, foi entregue pela primeira vez em 1996. A comemoração coincide com o aniversário de nascimento do ex-presidente da República.

Em 2014, a defensora-geral, Christiane Malard, foi homenageada com a Grande Medalha, grau máximo da condecoração. *(Com informações da Agência Minas)*

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/IMPrensa MG



Subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima (1ª fila, 3ª posição, à direita), compõe o dispositivo de autoridades

Assessor da Defensoria-Geral visita sede na comarca de Pirapora



Defensora pública, Vanessa Rodrigues Melo, assessor Institucional, Pericles Batista da Silva; e o defensor José Sanches Aranda Neto

No dia 06 de setembro, o assessor Institucional do gabinete, Péricles Batista da Silva, visitou a sede da Defensoria Pública de Minas Gerais na comarca de Pirapora, no sudoeste do estado, onde se reuniu com os defensores públicos José Sanches Aranda Neto e Vanessa Rodrigues Melo.

Durante o encontro, os defensores públicos trataram de questões institucionais da comarca, em especial, a promoção de ações na área de execução penal e providências para a inauguração da nova sede, que já está funcionando.

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG envia comunicado à ONU sobre situação de pessoas com transtorno mental detidas em unidades prisionais

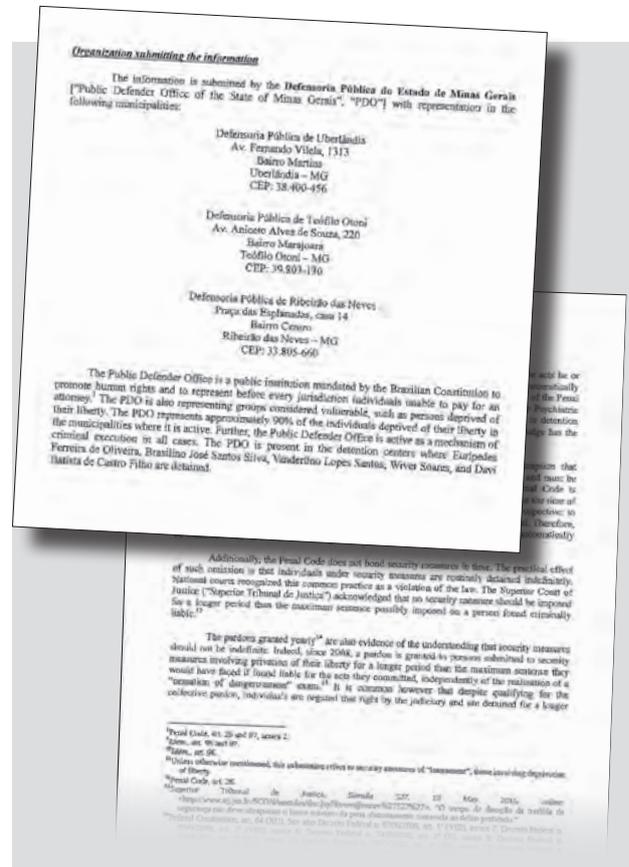
A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais ingressou, no dia 1º de setembro, com processo de comunicação ao relator especial sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, ao relator especial sobre o direito de toda pessoa desfrutar o mais elevado padrão de saúde física e mental e ao relator especial sobre a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes da Organização das Nações Unidas (ONU), acerca da situação, no estado de Minas Gerais, de pessoas com transtorno mental que tiveram sentença de absolvição imprópria ou conversão da pena em medida de segurança, na modalidade internação, e que estão recolhidas em unidades prisionais.

A ação contou com parceria das Defensorias Públicas do estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, e o Global Human Rights Fellow, Étienne Chénier-Lafleche. Foram enviadas informações relativas às violações dos direitos humanos de cinco pessoas com deficiência detidas em Minas Gerais. São casos exemplificativos dentro das mais de 200 pessoas que se encontram em situação similar. Os casos utilizados foram apresentados pelos defensores públicos com atuação em Execução Penal das Defensorias Públicas em Uberlândia, Ribeirão das Neves e Teófilo Otoni. Foram colhidos documentos durante mais de três anos, com trabalho em parceria desde janeiro de 2016.

Farta legislação

Conforme a defensora pública, Alessa Pagan, em atuação em Uberlândia, “em que pese a farta legislação que veda expressamente a discriminação e internação de pacientes portadores de transtorno mental em instituições com características asilares, pessoas que ainda permanecem detidas em presídios e penitenciárias como se condenadas fossem”.

Entre as legislações que vedam a internação de portadores de transtorno mental em instituições com características asilares, estão: a Lei 10.216/2001; Resolução 05/2004 do CNPCP; Portaria 52/2004 GM; Portaria 3088/2011 MS; Portaria 94/2014 GM/MS; Resolução 01/2012 do CNPCP; Resoluções 1, 2, 3 e 4/2014 do CNPCP; artigo 9º da Resolução 213 do CNJ; artigo 17, da Resolução 113, do CNJ; e Resolução 35/2011 do CNJ; Princípio 1.4 da Resolução 46/119, da ONU; Decreto 6.949/2009; Lei 13.146/2015; Regra 24, 1, das Regras de Mandela; lei estadual de Minas



Gerais, nº 11.802/95; artigo 5º, item 1, do Pacto de San José da Costa Rica; artigo 1º, §1º da Lei 9455/97; Declaração de Caracas de 1990; Declaração da ONU para a proteção de pessoas acometidas de transtorno mental e a melhoria da assistência à saúde mental de 1991; e a convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 1997.

O enunciado 2, do II Encontro Nacional de Execução Penal promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 2013, dispõe que constitui crime de tortura (Lei 9455/97, art.1º, §§1º e 2º) o recolhimento de pessoas em medida de segurança em estabelecimento prisional.

Participaram da elaboração do documento os defensores públicos Alessa Pagan Veiga, Gustavo Humberto Ramos, Evaldo Gonçalves da Cunha, Maria Cristina Gonçalves Santos, Lorena Amaral Nunes, Fernando Sousa Villefort, Gabriel Morgado da Fonseca e Saulo Duette Prates Gomes Pereira.

Leia, na íntegra, o documento enviado à ONU.

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

Defensoria Pública de Minas Gerais promove esforço concentrado na área prisional

A Defensoria Pública de Minas Gerais concluiu, dia 15.09.2016, a primeira fase de um esforço concentrado na execução penal, em Ribeirão das Neves.

Embora a Defensoria Pública atue regularmente nas unidades prisionais da comarca, trata-se de uma atuação estratégica da Instituição em unidades penais que apresentam, segundo estudos realizados, necessidade de atenção especial, seja pela superlotação acima da média nas celas, seja por apresentar perigo potencial de rebeliões, ou mesmo, por não contar com a Defensoria Pública na área de execução penal.

Durante o esforço concentrado, foram atendidos 1056 presos no Presídio Inspetor José Martinho Drummond, sendo identificados casos de detentos oriundos de outras unidades penais do Estado, cujo processo de execução não foi ainda remetido à comarca.

A defensora pública Marcella Moraes Pereira das Neves, que auxiliou na coordenação do esforço concentrado, esclarece que esse tipo de iniciativa “possibilita identificar situações e problemas que não chegam ao conhecimento do juízo e da Defensoria Pública pelo processo, como a existência de presos condenados sem guia de execução na comarca. Identificamos, por exemplo, o caso de um condenado pelo juízo criminal de uma cidade mineira que estava preso há meses em Ribeirão das Neves por um crime de furto, sem processo de execução na comarca, o que impossibilitava o gozo de direitos na execução da pena. Além disso, com o esforço concentrado, é possível detectar casos de violação de direitos. É o melhor meio de dar ciência ao preso sobre sua situação processual”.

Em todos os casos de prazos vencidos ou quaisquer outros direitos, a providência é tomada de imediato, inclusive com a impetração de habeas corpus,

se for o caso, o que auxilia na fiscalização do cumprimento regular da pena, garantindo que ninguém fique preso além do tempo fixado na sentença condenatória e na Lei de Execuções Penais, respeitando direitos do cidadão encarcerado, movimentando o sistema, hoje sabidamente superlotado, e gerando economia direta aos cofres públicos, com a liberação da vaga no prazo previsto em lei.

O esforço concentrado foi realizado pelos defensores públicos em atuação em Ribeirão das Neves e em outras comarcas, destacando-se, também, nesta edição, o trabalho de oito estagiárias de Direito supervisionados pela defensora pública Nadia de Souza Campos.

O Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araujo, que dirige os trabalhos deste esforço concentrado, explica que “a Defensoria Pública, como órgão de execução penal, nos termos do art. 61, VIII, da Lei de Execução Penal, tem o dever de atuar de forma plena no sistema prisional; porque esse atendimento, além de ser defesa efetiva dos direitos dos encarcerados, é um fator que contribui para a estabilidade do sistema prisional”.

O esforço concentrado compõe a estratégia de atuação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na área prisional, estabelecido pela Resolução nº 148/2016, inclusive na sua missão como órgão da execução penal, nos termos da Lei 12.313/10, e será executado ao longo do segundo semestre de 2016, de acordo com o cronograma estabelecido pela Instituição.



Defensoria Pública de Minas Gerais promove esforço concentrado em Ribeirão das Neves

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

DPMG participa de debate sobre gestão da água promovido pela Ouvidoria-Geral em Montes Claros

O coordenador da Regional Norte, Cláudio Fabiano Pimenta, participou, como debatedor, de uma das mesas do Diálogo Público: “A Gestão da Água em Contexto



Cláudio Fabiano Pimenta, durante sua apresentação no Diálogo Público

de Escassez Hídrica: Transparência, Controle e Participação Social”, realizado no dia 14 de setembro, no auditório da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), em Montes Claros.

Promovido pela Ouvidoria-Geral do Estado (OGE) e pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Cospa), o evento debateu o tema “Gestão da água em contexto urbano: abastecimento, potabilidade, racionamento, rodízio, transparência e participação social”.

Em sua participação, Cláudio Pimenta lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) já reconhece a água como direito humano. “A Constituição brasileira não diz isso textualmente, mas vários artigos também apontam que a água pode ser considerada um direito fundamental”. Cláudio Pimenta destacou que a Defensoria tem desenvolvido um trabalho para promover a educação em direitos e lembrou que o órgão pode propor ação civil pública em defesa do meio ambiente e das pessoas que sofrem com a escassez hídrica.

Defensoria Pública oficializa parceria com Unimontes para realização do Mutirão Direito a Ter Pai

A Defensoria Pública de Minas Gerais contará com parceria da Universidade Estadual de Montes Claros na realização do Mutirão Direito a Ter Pai. A parceria foi oficializada durante audiência com o reitor da universidade, professor João dos Reis Canela, dia 15 de setembro. Representaram a DPMG na reunião, o coordenador Local de Montes Claros, Cláudio Fabiano Pimenta, e o coordenador substituto, Cantídio Dias de Freitas.

Com a parceria, a Unimontes irá colaborar em três frentes durante o mutirão. Os alunos do curso de Serviço Social atuarão na recepção do público, com abordagem às questões familiares. Os acadêmicos de Direi-

to serão responsáveis pela orientação dos cadastrados sobre questões do Direito de Família e, também, pelo preenchimento dos formulários dos pedidos de reconhecimento de paternidade. Os alunos da área da saúde irão trabalhar junto às equipes de coletas de materiais para os exames de DNA.

Em 2015, Montes Claros esteve entre as três comarcas que mais realizaram atendimentos durante o mutirão.

O Mutirão Direito a Ter Pai acontecerá no dia 7 de outubro em Montes Claros, Belo Horizonte e mais 38 comarcas do Estado. As inscrições vão até o dia 30 de setembro.

FOTOS: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO | UNIMONTES



Professora Jussara Maria Carvalho Guimarães; diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Graciana Guerra David; diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas Maria Ângela Figueiredo Braga; coordenadora do curso de Direito, professora Rita Edith Lopes Borges; defensores públicos Cantídio Dias e Cláudio Pimenta; e o reitor da Unimontes, professor João dos Reis

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Coordenadores estudam parceria para atuação extrajudicial voltada para pessoas com deficiência



Defensores públicos Estevão Machado de Assis Carvalho e Luis Renato Braga Arêas

Com o objetivo de firmar parceria para atuação extrajudicial em prol das pessoas com deficiência da região metropolitana, especialmente da comarca de Betim, o coordenador da Defensoria Especializada do Idoso e da Pessoa com Deficiência, Estevão Machado de Assis Carvalho, e o coordenador local substituto de Betim, Luis Renato Braga Arêas, reuniram-se no dia 13 de setembro.

Para o defensor público Luis Renato Braga Arêas, “é relevante o trabalho articulado entre os defensores públicos, principalmente no tocante à atuação extrajudicial, a fim de promover a transformação social”.

Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência participa de projeto para alunos do EJA

Dia 06.09.2016, a Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência, em parceria com a Coordenadoria dos Direitos da Mulher do Município de Belo Horizonte (Comdim), realizou a segunda



A defensora pública em atuação na Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência, Samantha Vilarinho Alves, participou do encontro e proferiu palestra para os alunos presentes

exibição do projeto de educação em direitos para alunos do EJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos), da Escola Paulo Mendes, localizada no bairro Floresta. Ao todo, serão realizados nove encontros em diferentes escolas municipais.

Nesta edição do projeto, que consiste em atividades que visam à divulgação e debate sobre a Lei Maria da Penha, foi exibido o curta-metragem “O Silêncio das Inocentes”, e em seguida, realizada uma roda de conversa sobre o tema violência doméstica contra as mulheres. Durante o encontro, os alunos tiveram a oportunidade de debater sobre o assunto e saber mais sobre os serviços públicos disponíveis para as mulheres vítimas de violências.

- *As próximas atividades serão realizadas durante o mês de setembro, outubro, novembro, e contarão com a presença dos defensores públicos da Especializada.*

Eventos

Defensoria Pública participa de cerimônia de entrega de medalha para Oficiais da PMMG

O assessor Institucional, Péricles Batista da Silva, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de entrega da Medalha Coronel José Vargas da Silva, instituída para homenagear os oficiais formados pela Academia de Polícia Militar no cinquentenário de sua formatura, realizada no dia 12.09.2016, na Academia de Polícia Militar, na Capital.



O comandante geral da PMMG, coronel Marco Antônio Badaró Bianchini, e o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva

EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública participa na ALMG de debate sobre atendimento à mulher vítima de violência

A defensora pública, Samantha Vilarinho Mello Alves, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher Vítima de Violência, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, em reunião promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), dia 14.09.2016. O encontro debateu as adequações que serão necessárias para que o governo estadual cumpra a Política de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, sancionada em julho deste ano, por meio da Lei 22.256.

Em sua exposição, a defensora pública destacou a necessidade de maior dinamismo, pelo poder Judiciário, no processamento das denúncias. “As varas especializadas contam, como determinado por lei, com competência híbrida, cível e criminal. A cível, porém, estaria restrita

à concessão de medidas protetivas de urgência. É lógico que isso é importante, mas as mulheres em situação de violência têm outras demandas. Elas querem se divorciar, resolver a guarda dos filhos, a divisão de bens. Isso tudo acaba em outras varas. A mulher é revitimizada ao contar toda a história de novo e fica submetida a decisões de pessoas sem a especialização necessária para esses casos especiais”, ressaltou.

Samantha Vilarinho apontou os principais gargalos para melhorar a eficiência das medidas protetivas. Segundo a defensora pública, “em Belo Horizonte, os juízes têm concedido a medida com eficiência e velocidade, mas há dificuldades para que os agressores sejam informados do ato, já que os oficiais de justiça não conseguem encontrá-los. E sem que ele seja oficialmente notificado, não se pode exigir o cumprimento da determinação. Mais adiante, quando o agressor descumpra a medida já notificada, é colocada a tornozeleira, que deve apitar quando ele se aproxima da vítima. O problema é que, nesse ponto, a Polícia Militar deveria ir imediatamente ao local, mas nem sempre isso acontece”, concluiu a defensora pública.

Os participantes do debate concordaram que avanços ocorreram desde a promulgação da Lei Maria da Penha, mas ainda é preciso melhorar o acolhimento às vítimas, a comunicação entre os órgãos envolvidos e a capilarização das políticas, concentradas na Capital. Minas Gerais conta com 16 centros de referência, 75 conselhos da mulher em funcionamento, quatro varas especializadas (todas em Belo Horizonte) e oito núcleos especializados da Defensoria Pública. *(Com informações da ALMG)*

FOTO: RICARDO BARBOSA/ALMG



A superintendente do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Isabel Cristina de Lima Lisboa; o deputado Cristiano Silveira; a defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves; e a chefe da Divisão Especializada no Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Danúbia Quadros

Debate sobre a Lei Maria da Penha em Nova Lima

A assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no II Seminário Regional das cidades de Nova Lima, Raposos e Rio Acima – 10 anos da Lei Maria da Penha – Avanços e Desafios nas Dinâmicas Institucionais

das Políticas Públicas, dia 14.09.2016, na sede do Lions Clube, no centro de Nova Lima. Do encontro também participou a coordenadora Local em Nova Lima, Izabela de Rezende Coutinho.

continua >>

A defensora pública Izabela de Rezende Coutinho (segunda, da direita para a esquerda), durante o debate sobre os 10 anos da Lei Maria da Penha, no Lions Clube de Nova Lima

EVENTOS | *Continuação***Debate sobre a Lei Maria da Penha em Nova Lima**

Em sua exposição, Cibele Maffia ressaltou que após dez anos da Lei Maria da Penha, ainda há desafios a vencer, como a subnotificação dos casos de violência contra a mulher e a eficácia real das medidas protetivas, após sua concessão. E destacou o papel da educação, como o caminho basilar para se superar tais desafios. Por sua vez, Izabela Coutinho destacou que a violência contra a mulher “possui um cunho histórico, atravessando gerações”, e que a Lei Maria da Penha colabora na prevenção da violência contra a mulher.



A assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, durante participação no debate promovido pelo Lions Clube de Nova Lima

Defensoria Pública participa do projeto “Segunda-feira, 18h”, promovido pelo Ministério Público

O coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na segunda-feira, dia 12.09.2016, no projeto “Segunda-feira, 18h”, promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça.

Na ocasião, o promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo, Hermes Zaneti Júnior, proferiu a palestra sobre o tema “O Ministério Público no novo processo civil: da lei à constituição, do litígio à tutela dos direitos, da tutela institucional à tutela adequada”.



O coordenador Regional Cível da Capital, Alexandre Tavares Costa (1ª posição à esquerda), compõe a mesa de honra



A assessora Cibele Cristina Maffia Lopes (1ª posição à direita), compõe a mesa de honra

‘Direito Penal do inimigo’

No dia 19.09.2016, a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, também representou a defensora pública-geral, ocasião em que o procurador de Justiça do MPMG, Rogério Greco, proferiu a palestra “Direito Penal do inimigo”.

EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública prestigia lançamento de livro em homenagem à professora Maria Helena Damasceno

A chefe de gabinete, Luciana Leão Lara, acompanhada pelos assessores da Corregedoria-Geral, Ronivaldo Robson do Nascimento e Marcelo Paes Ferreira da Silva, compareceu ao evento de lançamento dos livros “Direito, Hermenêutica e Política: estudos em homenagem à professora Maria Helena Damasceno e Silva Megale”, organizado pelo defensor público, Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, juntamente com Paula Vilaça Bastos e Rafael de Oliveira Costa; e do livro “Um Diálogo da Hermenêutica com a Literatura: Em busca da Justiça”, de Maria Helena Damasceno e Silva Megale. O evento aconteceu no dia 15.09.2016, na Livraria D’Plácido.

O livro traz, entre outros, artigo assinado pelo assessor da Corregedoria-Geral, Marcelo Paes Ferreira da Silva, intitulado “Hermenêutica e Alteridade: Po-



Os defensores Alfredo Emanuel Farias, Ronivaldo Robson do Nascimento; a chefe de gabinete, Luciana Leão Lara; e o defensor Marcelo Paes Ferreira

líticas públicas em educação em direitos humanos e superação da exclusão social”.

DPMG participa da inauguração do Cejus em Sabará

O defensor público e coordenador Local da DPMG em Sabará, Leonardo Carvalho, representou a defensoria pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de inauguração do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) na comarca. A solenidade aconteceu no dia 16 de setembro, no Fórum da comarca. O Cejus está localizado no Fórum Ministro Orozimbo Nonato (Praça Melo Viana, 71, Centro).

O objetivo do Cejus é facilitar a resolução de conflitos e prestar atendimento rápido e eficaz ao cida-

dão que procura o Judiciário. No Cejus, estão concentradas as audiências de mediação e conciliação, pré-processuais e processuais, além de serviços de atendimento e orientação aos cidadãos. Ao todo, são 76 Cejus instalados nas comarcas mineiras.

O evento também contou com a presença de representantes do Ministério Público, da Câmara Municipal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG), do Procon de Sabará e Faculdade de Sabará. *(Com informações do TJMG)*

FOTO: TJMG

O coordenador Local da DPMG em Sabará (4º, à partir da esq.) entre outras autoridades, que reuniram-se no Fórum do município para inauguração do Cejus na comarca de Sabará



EVENTOS | Continuação

Presença em audiência pública que divulgou o calendário oficial de correições extraordinárias na Capital pelo TJMG



O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 16.09.2016, no Fórum Lafayette, em audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), para divulgação do calendário de correição extraordinária parcial na Comarca de Belo Horizonte. De 19 de setembro a 7 de dezembro de 2016, 21 varas da capital serão fiscalizadas.

O juiz diretor do foro de Belo Horizonte, Marcelo Rodrigues Fioravante; o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça; e o coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo

Defensoria Pública em Juiz de Fora promove Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa

A Defensoria Pública, por meio da equipe do Projeto “Além da Culpa e Sinase – Justiça Restaurativa para Adolescentes”, e em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público estadual e a Universidade Federal de Juiz de Fora, realizou o Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa para Adolescentes.

O seminário aconteceu no dia 16 de setembro, em Juiz de Fora, e contou com a participação, como palestrantes, de grandes nomes da Justiça Restaurativa.

Ao abrir os trabalhos, como representante da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, saudou os participantes do seminário

e salientou a importância do projeto “Além da Culpa”.

Em seguida, a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite, salientou a importância da Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça e, como alternativa, no estudo das relações sociais, em busca de soluções efetivas para os dramas humanos.

continua >>

Compuseram a mesa de honra: o diretor secretário-geral da OAB/subseção Juiz de Fora, Alexandre Atilio Rodrigues Costa; a juíza auxiliar em cooperação na Vara da Infância e Juventude, Sônia Maria Giordano Costa; a defensora pública aposentada e uma das idealizadoras do projeto, Margarida Maria Barreto Almeida; a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; a coordenadora do projeto, Maria Aparecida Rocha de Paiva; o diretor do Foro de Juiz de Fora, Paulo Tristão Machado Júnior; e o promotor de Justiça da 12ª Promotoria de Justiça, Carlos Ari Brasil de Barros



EVENTOS | Continuação

Defensoria Pública em Juiz de Fora promove Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa

Coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite



Defensora pública, Maria Aparecida Rocha de Paiva



O seminário contou com a apresentação de adolescentes do Grupo Bad Bulls



Adolescentes do Centro Socioeducativo de Juiz de Fora (CSE/JF) também se apresentaram no seminário

A defensora pública em atuação em Juiz de Fora e coordenadora do Projeto “Além da Culpa e Sinase – Justiça Restaurativa para Adolescentes”, Maria Aparecida Rocha de Paiva, apresentou os resultados parciais do projeto. Durante a execução do projeto, foram realizados 24 fóruns de estudo, com número total de 2048 participantes. No procedimento de ato infracional o projeto fez a intervenção com 234 envolvidos no conflito e contou com a participação de 469 apoiadores. E, no procedimento de execução de medida, fez a intervenção em 96 casos de reinserção sociofamiliar.

“A Justiça Restaurativa atua em profundidade, trabalhando as emoções e o trauma criado pelo ato infracional. O resultado não poderá ser avaliado em números, uma vez que a restauração sustentável da teia de rela-

cionamento do adolescente atinge a comunidade como um todo, se tornando, portanto, incomensurável”, explicou a coordenadora.

continua >>

HOMENAGENS



A servidora da Coordenadoria de Capacitação, Marise Alves Ferreira, e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, entregaram para a coordenadora do projeto, Maria Aparecida Rocha de Paiva, menção honrosa da Defensoria Pública-Geral



Em nome da equipe da Justiça Restaurativa, a coordenadora Maria Aparecida Rocha de Paiva entregou uma placa de homenagem à defensora pública aposentada e uma das idealizadoras do projeto, Margarida Maria Barreto Almeida

EVENTOS | *Continuação***Defensoria Pública em Juiz de Fora promove Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa**

O seminário contou com a participação de diversas autoridades, profissionais da área, estagiários, estudantes e representantes da sociedade civil.

Participaram, ainda, a defensora pública, Priscila Brito de Melo; a psicóloga Roberta Estefen; e o tenente Gilmar da Silva

**Painéis**

A psicóloga, professora Célia Maria de Oliveira Passos (presidente da Comissão de Justiça Restaurativa da OAB/RJ e diretora fundadora do ISA-ADRS – Mediação e Gestão de Conflitos); e a advogada, professora Ellen Cristina do Carmo Rodrigues (integrante da coordenação do projeto de extensão acadêmica “Além da Culpa: Justiça Restaurativa para Adolescentes, fruto de parceria entre a Faculdade de Direito da UFJF e a DPMG), explanaram sobre os temas “A Resolução 225/2016 do CNJ: os desafios e as potencialidades de uma norma inovadora” e “A responsabilização de adolescentes por infrações penais à luz da Justiça Restaurativa: estudos comparados Brasil X Alemanha”, respectivamente.

A juíza de Direito no Paraná e professora, Laryssa Angelica Copack Muniz (membro do grupo de trabalho em Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça); e o juiz titular da 1ª Vara Especial da Infância e Juventude do Estado de São Paulo, Egberto de Almeida Penido

continua >>

Psicóloga da equipe socioeducativa da Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora, Nilza Cassiano; professor de direito penal da UFJF, Leandro de Oliveira Silva; assistente social, Cristiane Magna de Oliveira Souza; e a comissária de Justiça da Infância e Juventude, Ana Paula Silva

PRESENCAS

Diretor secretário-geral da OAB/subseção Juiz de Fora, Alexandre Atílio Rodrigues Costa; defensora pública aposentada e uma das idealizadoras do projeto, Margarida Maria Barreto Almeida; juíza auxiliar em cooperação na Vara da Infância e Juventude, Sônia Maria Giordano Costa; coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouvêa Leite; coordenadora do projeto, defensora pública, Maria Aparecida Rocha de Paiva; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; diretor do Foro de Juiz de Fora, Paulo Tristão Machado Júnior; promotor de Justiça, Carlos Ari Brasil de Barros; psicóloga e professora Célia Maria de Oliveira Passos; professora Laryssa Angelica

Copack Muniz; e o juiz titular da 1ª Vara Especial da Infância e Juventude do Estado de São Paulo, Egberto de Almeida Penido



EVENTOS | *Continuação***Defensoria Pública em Juiz de Fora promove Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa**

(integrante do Comitê Científico da Associação Brasileira dos Magistrados para a disseminação da Justiça Restaurativa em âmbito Nacional), ministraram as palestras “Justiça Restaurativa – Avanços e possibilidades a partir da experiência paraense” e “Justiça Restaurativa: navegando em oceano aberto – seus desafios, sua bússola e sua âncora”.

Atuaram como facilitadores o promotor de Justiça titular da 12ª Promotoria de Justiça e professor Carlos Ari Brasil de Barros; e o juiz cooperador da Vara da Infância e Juventude de Juiz de Fora, Ricardo Rodrigues de Lima.

Oficinas de estudo – Após os painéis, profissionais atuantes no Projeto “Além da Culpa e Sinase” explicaram sobre aspectos práticos da Justiça Restaurativa.

- SAIU NA MÍDIA – O Seminário Mineiro de Justiça Restaurativa foi tema reportagem no *Alterosa em Alerta*, de Juiz de Fora.

Assista aqui

O projeto ‘Além da Culpa e Sinase – Justiça Restaurativa para Adolescentes’

O projeto é fruto de parceria entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e o Governo Federal, por meio de convênio firmado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Visa ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, e com a realização de fóruns e círculos restaurativos, busca, por meio do diálogo com as partes envolvidas, uma resposta mais eficaz e eficiente para elas, além de convocar a sociedade a um novo olhar sobre a questão, na qual a dimensão da culpa é substituída pela dimensão da responsabilidade.

A iniciativa da Defensoria Pública foi motivada pela urgência em se estabelecer condições mais favoráveis de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional.

Defensor público ministra palestra sobre direitos e deveres da criança e do adolescente

O coordenador Local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Curvelo, Adalberto Pelli, proferiu palestra sobre direitos e deveres da criança e do adolescente, no dia 26 de agosto, para alunos do ensino fundamental da escola estadual Dr. Pacífico Mascare-

nhas, em Inimutaba, município localizado a nove quilômetros de Curvelo.

De acordo com Adalberto Pelli “a palestra teve por finalidade contribuir com a educação em direitos, papel de um defensor público”.



A palestra, conforme Adalberto Pelli (em pé), teve por finalidade contribuir com a educação em direitos

Defensoria Pública em Ubá recebe visita do secretário de Direitos Humanos

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Ubá recebeu, no dia 29 de agosto, a visita do secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda, juntamente com o prefeito Vadinho Baião.

Durante a reunião, Sérgio Riani fez a apresentação da Defensoria Pública e do trabalho realizado na

defesa dos direitos da população assistida. Por sua vez, Nilmário Miranda reconheceu que “o trabalho da DPMG é indispensável para promoção dos direitos humanos”.

Participaram do encontro, os defensores públicos Maycol Lacerda, Paula Brunner e Ellon Agostini, em atuação em Ubá, além de estagiários da DPMG.

O secretário de Direitos Humanos conheceu a atuação da Defensoria Pública em Ubá e destacou o trabalho da Instituição na promoção dos direitos humanos



Defensora pública ministra palestra sobre prevenção ao suicídio no presídio de Almenara

A coordenadora Local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Almenara, Izabella Nogueira Lopes, ministrou palestra sobre prevenção ao suicídio, para detentos do presídio da cidade.



A palestra alertou os detentos do presídio de Almenara para a prevenção ao suicídio

A palestra foi organizada em parceria com a direção da unidade prisional, tendo em vista que o dia 10 de setembro marcou a passagem do Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. “Por isso, o mês ganhou a cor amarela, para alertar a sociedade sobre o suicídio, uma morte silenciosa que, ao contrário do que muitos pensam, pode ser prevenida”, ressaltou Izabella Lopes.

Conforme a defensora pública, “além de sua atuação jurídica, a Defensoria Pública precisa cuidar para que seus assistidos, especialmente os privados de liberdade, tenham acesso a informações que conscientizem, inclusive na área da saúde. Nesse sentido os detentos foram alertados de que, em se tratando de suicídio, “falar é a melhor solução”, que é o slogan do movimento Setembro Amarelo”, destacou.

EVENTOS | *Continuação*

Defensor público participa de palestra sobre inclusão escolar em Contagem

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, titular da 2ª Defensoria de Famílias em Betim, participou, no dia 17.09.2016, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Contagem, da palestra “Inclusão Escolar: Da Legislação à Prática”, ministrada pela psicopedagoga Cristina Silveira e pela terapeuta ocupacional Nivânia Maria de Melo Reis, evento promovido pelo Grupo de Apoio a Autistas, Pais e Familiares de Contagem (AMAIS).

Em sua exposição, Luis Renato Braga conclamou todos os envolvidos na defesa das pessoas com deficiência “a se unirem na divulgação dos conhecimentos técnicos necessários para efetivação da verdadeira inclusão”. Ressaltou que “a sociedade precisa ser educada para interagir com as diferenças, proporcionando a tão buscada igualdade constitucional”.



O defensor público Renato Braga Arêas Pinheiro, durante intervenção na palestra

A participação do defensor público na palestra dá continuidade ao projeto de atuação extrajudicial na defesa das pessoas com deficiência.

CONCURSO | DPMG 1 Ano

Adriano Marggraff Vital Ferreira
Ana Luiza Paiva Pimenta Da Rocha
Andre Ricardo Nery
Antonio Carlos Moni de Oliveira
Beno Benveniste Koatz
Breno Tadeu de Melo Silveira
Bruna Marcia da Veiga Pessanha
Bruno Braga Lima
Bruno Freire de Jesus
Camila Cortes Rezende Silveira Dantas
Camila Machado Umpierre
Camila Sousa dos Reis Gomes
Cantidio Dias de Freitas Filho
Carolina Morishita Mota Ferreira
Ellon Agostini Rodrigues Dos Santos
Emmanuel Botelho Calili
Fabio Bruno da Silva
Fabio Gandara Bettoni
Fabio Moises Iwamizu Silva
Felippe Moreira Favilla
Filipe Gomes Benjamim Pereira
Frederico Guilherme Dornellas Piclum
Gabriel Freitas Maciel Garcia De Carvalho
Gabriel Morgado da Fonseca
Gabriel Vieira Berla

Homenagem da DPG aos Defensores Públicos do VII Concurso

A Defensora Pública-Geral, Christiane Neves Procópio Malard, parabeniza os colegas do VII Concurso, que, há 1 ano, integram esta Instuição e trabalham pela transformação social em Minas Gerais.

Guilherme Andrade Carneiro Deckers
Gustavo Araujo Teles
Gustavo de Lima Leite
Gustavo Goncalves Martinho
Henrique Matheus Mariani Sossai
Iam Maul Meira de Vasconcelos
Isabela Salomao Silva
Janaina dos Santos Damas Ribeiro
Jeanne Maria Lopes de Carvalho
Jefferson Guimaraes Soares
Jose Sanches Aranda Neto
Juliana Nunes Telesforo
Leonardo Bicalho de Abreu
Leonardo Monteiro do Amaral
Lincoln Jotha Soares
Lucas de Avila Chaves Borges
Luis Felipe Rocha Mascarenhas
Luis Henrique Guimaraes de Oliveira
Luisa Pacheco de Melo Souza
Luiz Carlos Santana Delazzari
Luiz Roberto Costa Russo
Maikon Andre Oliveira Dias
Marcos Guilherme Eliseu Macedo
Marcos Lourenço Capanema De Almeida
Mariana de Araujo Alvares Marinho

Mariana Ladeira Vieira
Mateus Nascimento Avelar
Mirelle Morato Gonzaga
Monica Batista Soares Garcia Amim
Nestor Saraiva Pereira Neto
Paulo Cesar Azevedo de Almeida
Paulo Henrique Drummond Monteiro
Pollyana Oliveira Melo
Priscila Cristiani Voltarelli Bozola
Raphael da Rocha Mattos Silveira
Rebeca Breves de Melo E Silva
Renata Afonso Godinho
Rodrigo Parente Ferreira Dias
Romulo Luis Veloso de Carvalho
Samara Soares Damato
Sara Cordeiro Matoso
Saulo Duette Prattes Gomes Pereira
Sheila Santos Nunes
Tamiris Gomes Brandao
Tatiana de Noronha Versiani Ribeiro
Thiago Coutinho Yamane
Thiago Pereira Guerra
Vanessa Rodrigues Melo
Victor Luiz Silva de Faria
Vinicius Braga Sobral

COOPROC | CCAP

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

Defensores públicos recém-empossados iniciam curso preparatório

Começou na segunda-feira, dia 12.09.2016, no auditório da sede da Defensoria Pública, o 5º Curso de Formação Inicial para os quatorze defensores empossados no dia 9 de setembro. A formação acontece até o dia 17 de novembro, com o objetivo de capacitar e proporcionar mais qualidade aos serviços prestados à população.

Os novos defensores foram recebidos pela coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; os assessores

Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos, Péricles Batista da Silva e Cibele Cristina Maffia Lopes; a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; e o coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo.

A coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão, abriu os trabalhos explicando os objetivos do curso e a sua dinâmica, as aulas teóricas e práticas, incluindo a participação no atendimento inicial da Capital e no mutirão Direito a Ter Pai, além de outros momentos de prática ao longo do curso. Durante a preparação, serão abordados temas como relações interpessoais e interinstitucionais; questões práticas recorrentes; elaboração de peças processuais e realização de audiências; capacitação em recursos da informação (PJe e SIGED); a cultura da conciliação; entre outros.

Também falaram para os novos defensores, a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara, as assessoras Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos, Cibele Cristina Maffia Lopes e Péricles Batista da Silva; no período da tarde, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; o assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira.



Da esquerda para a direita: O coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; a chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara; a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho; a coordenadora de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão; e a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos



Os novos defensores públicos em seu primeiro dia do curso de Formação Inicial

Continuação COOPROC | CCAP

Workshop ‘Direito Sistêmico e as Constelações na solução de conflitos’

No dia 29 de outubro, será realizado o workshop “Direito Sistêmico e as Constelações na solução de conflitos”, no Hotel Hilton Garden Inn (Av. Prudente de Moraes, 520, Bairro Cidade Jardim), de 9h às 18h.

O curso será ministrado pelo juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia, Sami Storch, e terá carga horária de 8 horas. O conteúdo envolverá temas como o surgimento do direito sistêmico; as leis sistêmicas que regem os relacionamentos; a visão sistêmica dos conflitos; aplicabilidade das constelações na mediação, conciliação e na Justiça Restaurativa;

técnica das constelações familiares para facilitar a solução em questões de sucessão, adoção, guarda e na Justiça Restaurativa; demonstração prática das constelações a partir de casos apresentados pelos participantes.

As inscrições vão até o dia 29 de outubro, por meio do site www.direitosistemicobh.eventbrite.com.br. Até 30 de setembro, o curso terá valor de R\$620,00 e a partir do dia primeiro de outubro, o valor será de R\$710,00.

[Clique aqui para ver o cartaz.](#)

Concurso “Práticas Exitosas” será realizado no próximo dia 21 de outubro

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria de Projetos e Convênios, promove, no dia 21 de outubro, às 9 horas, no auditório da Unidade I, o IV Concurso de Práticas Exitosas, que premiará trabalhos inovadores na busca de benefícios para assistidos. O concurso está dividido em duas categorias: “Trabalhos Jurídicos” e “Práticas Extrajudiciais”.

O concurso recebeu 16 trabalhos, quatro na categoria Práticas Extrajudiciais e doze em Trabalhos Jurídicos.

Inscreveram-se no concurso os defensores públicos, Cleide Aparecida Nepomuceno, Francis Junio Oliveira, Gustavo Dayrell, Daniele Rodrigues, Rachel Aparecida, Aylton Rodrigues, Cryzthiane Andrade, Fernanda de Sousa, Eliane Medeiros, Luis Renato, José Victor Brandão de Faria e Mirian Luce Alves de Araújo.

Os inscritos serão convidados a apresentarem suas práticas, tendo cada participante cinco minutos para expor suas atividades. Após, haverá a divulgação dos resultados com a premiação dos vencedores.

PROJETO “SALA DE ESPERA – OFICINAS DE CIDADANIA”

Dicas de como comprar ou vender veículos

Em mais uma edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, no dia 19.09.2016, o defensor público Gabriel Freitas Maciel G. de Carvalho, em atuação no Juizado Especial Cível, explicou aos assistidos que aguardavam atendimento nas salas de espera das Unidades I e II da Defensoria Pública na Capital, como proceder para evitar problemas ao comprar ou vender veículos.

O defensor público aconselhou os assistidos a agirem de forma preventiva e procurarem informações sobre a forma correta de comercializar veículos, alertando sobre os problemas que podem surgir em decorrência de uma venda realizada incorretamente.

[Clique aqui e conheça a cartilha sobre o tema](#)



Gabriel Freitas Maciel G. de Carvalho, acompanhado pela defensora pública, Eliane Medeiros, que está à frente do projeto

Continuação | PROJETO “SALA DE ESPERA – OFICINAS DE CIDADANIA”

Defensora pública conta história e propõe reflexão

De forma lúdica e utilizando uma história como metáfora, a defensora pública e assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos, abordou o tema “Relações Interpessoais”, na edição do Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” do dia 20.09.2016.

A defensora pública contou a história de um príncipe muito feliz que, um dia, ao cavalgar e sem perceber, entrou nas terras de outro reino. Ao encontrar o rei, foi informado que seria punido com a morte, a menos que conseguisse responder satisfatoriamente a uma pergunta que seria formulada por ele. O príncipe aceitou o desafio e o rei, após relatar que já tivera várias mulheres, porém fora abandonado por todas, perguntou a ele: “o que as mulheres mais querem na vida?”.

Após contar a história, Diana Camargos convidou os assistidos para, a partir do conto, fazerem uma reflexão sobre seu comportamento no relacionamento com os pais, com os filhos e com as pessoas mais próximas. A defensora ressaltou a importância de se respeitar as diferenças e que cabe a cada um de nós aplicarmos, no dia



Defensora pública Diana de Lima Prata Camargos (à dir.), acompanhada pela coordenadora do projeto, defensora Eliane Medeiros

a dia, nas relações interpessoais, o respeito, a igualdade e a educação que queremos.

Como é feito ao final de cada edição do “Sala de Espera”, a defensora pública, Eliane Medeiros, indagou aos assistidos sobre a relevância e utilidade do projeto, ao que todos responderam positivamente.

PROJETO “BATE-PAPO LEGAL”

Temas da Defensoria Especializada de Direitos Humanos

A coordenadora de Capacitação, Eden Mattar, realizou, no dia 16.09.2016, mais uma edição do “Bate-Papo Legal”. O defensor público Vladimir de Souza Rodrigues, em atuação na Defensoria de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, tirou dúvidas e prestou esclarecimentos sobre os procedimentos da área.

Temas, como atendimento ao público LGBT, foram abordados, bem como os documentos exigidos para cada

procedimento, na conversa com os servidores do Atendimento. Vladimir Rodrigues discorreu sobre o uso do nome social, as questões coletivas, como as referentes aos quilombolas ou ocupações de terrenos.

Para o defensor público, “o *Bate-Papo Legal* tem o papel de colocar defensores e servidores em uma conversa informal que tira dúvidas e capacita para o melhor atendimento aos assistidos pela Defensoria Pública”.



‘Bate-Papo Legal’ com o defensor Vladimir Rodrigues tratou das questões do atendimento da Especializada de Direitos Humanos

DPMG na mídia

Projeto Mesc é tema de reportagem na série “Caminhos da Justiça”



FRANCIS COUTINHO
defensora pública (MG)

O trabalho desenvolvido pelo projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), coordenado pela defensora pública Francis de Oliveira Rabelo, em atuação na Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), foi tema de reportagem veiculada na edição do dia 17 de setembro, do programa “Como Será?”, da Rede Globo, Série “Caminhos da Justiça” – Mediação.

Assista a reportagem.

Atuação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce na mídia

A atuação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce, integrado pelas Defensorias de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União, com o objetivo de prestar assistência jurídica às vítimas do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, foi tema de reportagem veiculada pelo jornal *O Tempo* e pela Rádio Inconfidência, no dia 21.09.2016.

O Grupo Interdefensorial está promovendo audiências públicas para esclarecer às vítimas sobre a assistência jurídica gratuita extrajudicial, que será prestada pela Defensoria Pública, em relação ao Programa de Indenização Mediada, proposto pela Mineradora Samarco S/A.

Clique nos links para ver as reportagens:

[Jornal ‘O Tempo’](#)

[Rádio Inconfidência](#)



Trabalho da DPMG é citado em reportagem da revista Superinteressante sobre erros da Justiça

A reportagem de capa da edição de outubro da revista *Superinteressante* aborda erros da Justiça, entre eles o caso Eugênio Fiúza.

Assistido pela Defensoria Pública de Minas Gerais, a partir de 2014, o artista plástico conseguiu a sua liberdade, após cumprir dezoito dos trinta e sete anos de detenção a que foi condenado sob a acusação de estupro.

Atuam na defesa de Eugênio Fiúza os defensores públicos, Wilson Hallak Rocha e Ricardo de Araújo Teixeira, em atuação na área Criminal da Capital.

[Clique aqui para ler a reportagem.](#)



Visitas ao Gabinete

Juiz auxiliar da Presidência do TJMG

No dia 09.09.2016, o juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Thiago Colnago Cabral, foi recebido no gabinete da Defensoria-Geral pela DPG Christiane Malard, pelo assessor Institucional, Nikolas Katopodis, e pelo coordenador Regional da área Criminal da Capi-

tal, Fernando Luis Camargos Araújo.

Antes da visita, o magistrado marcou presença na cerimônia de posse dos defensores públicos do VII concurso, representando o presidente do Tribunal, Herbert Carneiro.



A partir da esq.: o coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; o juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Thiago Colnago Cabral; defensora-geral, Christiane Malard; e o assessor Institucional, Nikolas Katopodis

DPG reúne-se com defensores públicos em atuação em Uberlândia

Dia 15.09.2016, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, defensores públicos em atuação na comarca de Uberlândia.

Participaram da reunião, na qual foram tratadas questões institucionais relativas à comarca, o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo da Cunha; o coordenador local, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; o membro do Conselho Superior, Fernando Orlan Pires Resende; e a defensora pública, Giselle Muniz Mendes Alves.

Em sentido horário: Coordenador local, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa; defensora pública, Giselle Muniz Mendes Alves; DPG Christiane Malard; conselheiro Fernando Orlan; e o coordenador da Regional Triângulo II, Evaldo da Cunha



Defensora-geral recebe a coordenadora da Desits Cível



No dia 19 de setembro, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, a coordenadora da Defensoria Especializada de Segunda Instância – Cível (Desits Cível), Evelyn Maria Pereira Santa Bárbara.

Durante a reunião, em que participaram também a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira, e a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, foram tratadas questões institucionais referentes à Especializada.

Em sentido horário: coordenadora da Desits Cível, Evelyn Maria Pereira Santa Bárbara; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira; DPG Christiane Malard; e a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes

Continuação | VISITAS AO GABINETE

Defensora-geral recebe visita do corregedor-geral do Ministério Público

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 19.09.2016, o corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Paulo Roberto Moreira Cançado e o Promotor de Justiça, Rodrigo Iennaco de Moraes, Assessor do Corregedor-Geral do MPMG.

Participaram da reunião, que tratou de assuntos institucionais, em especial questões relacionadas a execução penal no Estado, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho, e o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva.



O assessor do corregedor-geral do MPMG, Rodrigo Iennaco de Moraes; o corregedor-geral do Ministério Público de Minas Gerais, Paulo Roberto Moreira Cançado; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; o assessor Institucional, Péricles Batista da Silva; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho

Defensora-geral recebe juízes e promotores de Arcos

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, em seu gabinete, dia 19.09.2016, os juízes Marina de Alcântara Sena e Fernando de Moraes Mourão, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Elena Maria Garcia Rezende Leão; e a promotora de Justiça, Juliana

Amaral de Mendonça Vieira; em reunião que tratou de questões relacionadas à comarca de Arcos.

Também participaram da reunião as assessoras Institucionais, Cibele Cristina Maffia Lopes e Diana de Lima Prata Camargos, e o coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo.



A representante da OAB, Elena Maria Garcia Rezende Leão; a promotora de Justiça, Juliana Amaral de Mendonça Vieira; a juíza Marina de Alcântara Sena; defensora-geral, Christiane Malard; a assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes; o coordenador Criminal da Capital, Fernando Luis Camargos Araújo; a assessora Institucional, Diana de Lima Prata Camargos; e o juiz Fernando de Moraes Mourão

Continuação | VISITAS AO GABINETE

Coordenadora do projeto 'Além da Culpa' visita a DPG

A defensora pública, Maria Aparecida Rocha de Paiva, em atuação na comarca de Juiz de Fora, e a estagiária da Defensoria Pública em Juiz de Fora, Ana Carolina Oliveira Vieira, reuniram-se com a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, no dia 21.09.2016, para tratar do projeto Além da Culpa, em execução em Juiz de Fora.

O objetivo do projeto é a aplicação da justiça restaurativa por meio da estruturação e fortalecimento da Central Judicial para a efetivação, do acesso à Justiça, de adolescente em conflito com a lei naquela comarca. O projeto oferece atendimento afetivo e pedagógico, pela aplicação dos círculos restaurativos, buscando construir e/ou reconstruir os vínculos sociais do adolescente em conflito.

Também participou do encontro, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho.



A coordenadora do projeto, Maria Aparecida Rocha de Paiva; a estagiária Ana Carolina Oliveira Vieira; a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; e a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tifanie Avellar Carvalho

Convites

Mutirão 'Direito a Ter Pai' em Belo Horizonte e mais 39 comarcas

A Defensoria Pública de MG, instrumento do Estado a serviço da cidadania, com o apoio do Tribunal de Justiça de MG, promove

MUTIRÃO DIREITO A TER PAI • 2016

SERÃO FEITOS GRATUITAMENTE:

- Reconhecimentos espontâneos de paternidade
- Exames de DNA

A mãe de criança não reconhecida pelo pai ou aquele(a) que deseja o reconhecimento deve procurar a Defensoria Pública para efetuar o cadastro até o dia

30/09/2016, de 2ª a 6ª-feira, de 12 às 17 horas.

DATA / HORÁRIO DO MUTIRÃO:
Dia 07 de outubro de 2016 | De 08 às 17 horas

LOCAL: Defensoria Pública de Minas Gerais
Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho, BH, MG

DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA EXTRAJUDICIAL DOS DIREITOS

O cadastramento vai até o dia 30.09, nas unidades da DPMG. Além de Belo Horizonte, outras 39 comarcas estão participando da iniciativa da Instituição.

A ação, promovida pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, tem o objetivo de garantir à criança, ao adolescente e, eventualmente, ao adulto, o direito a ter o nome do pai ou da mãe em seu registro de nascimento.

Além do reconhecimento da paternidade, o mutirão também possibilitará o reconhecimento da maternidade, naqueles casos em que a pessoa não tem o nome da mãe em seu registro de nascimento.

O mutirão será realizado no dia 07 de outubro, simultaneamente, na capital e em mais 39 municípios do interior do estado.



III SEMINÁRIO CRIMINAL da DPMG

30 de setembro de 2016

09h às 18 horas

Auditório da Unidade I da DPMG

R. Bernardo Guimarães, n.2640 - Bairro Santo Agostinho / Belo Horizonte - MG

Programação:

- 9:00 Abertura

- 9:30 *Reinventando os discursos de liberdade: efetividade e credibilidade da defesa técnica*



Dr. Caio Paiva

Defensor público federal, especialista em Ciências Criminais e autor dos livros "Prática Penal para Defensoria Pública", "Audiência de Custódia e o Processo Penal Brasileiro" e "Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos".

- 10:30 *Coffee break*

- 11:00 *Lei 12403/11 e liberdade provisória: análise crítica da doutrina e jurisprudência*



Des. Alexandre Vitor de Carvalho

Graduado em Direito pela UFMG, desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - 5ª Câmara Criminal. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, Direito Processual Penal, Criminologia, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

- 12:30 Almoço

- 14:00 *A importância e a rotina de atuação da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores*



Dra. Thaís dos Santos Lima

Defensora pública do Estado do Rio de Janeiro desde 2008, onde atua junto ao STF e STJ. Pesquisadora do Instituto de Direito do Estado e Ações Sociais. Monitora de Direito Constitucional na URJ (2004-2005).

- 15:00 *Processo penal e democracia*



Dr. Geraldo Prado

Professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutor em História das Ideias e Cultura Jurídicas na Universidade de Coimbra. Magistrado de carreira, aposentou-se no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no cargo de Desembargador. Consultor jurídico

- 16:00 *Coffee break*

- 16:30 *Standards probatórios no processo penal*



Dr. Gustavo Badaró

Professor associado de Direito Processual Penal da Universidade de São Paulo (USP) nos cursos de graduação e pós-graduação. Livre-docente, doutor e mestre em Direito Processual Penal pela USP. Graduado em Direito pela (USP). Advogado criminalista.

Vagas limitadas | inscrições abertas

Via e-mail : coordenadoriadecapacitacao@defensoria.mg.def.br

Realização:



CCap

Coordenadoria de Capacitação
Defensoria Pública de Minas Gerais

Apoio: *Câmara de Estudos Criminais/ DPMG*

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho
www.defensoria.mg.def.br

